



INTÉRPRETE EDUCACIONAL DE LIBRAS: OS DESAFIOS LINGÜÍSTICOS NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Daniel Souza Cesar ¹
Natal Lânia Roque Fernandes ²

RESUMO

Os intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras) desempenham um papel importante na inclusão de pessoas surdas em diversos contextos, especialmente na área educacional. Esses profissionais são responsáveis por traduzir e interpretar as aulas e outras atividades escolares para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), permitindo que os alunos surdos tenham acesso ao conteúdo e participem plenamente da vida acadêmica. No entanto, a tradução e interpretação de termos específicos em Libras pode ser um desafio para os intérpretes educacionais. Termos técnicos, científicos e matemáticos, por exemplo, podem exigir um vocabulário especializado e conhecimento prévio do assunto. Nesse sentido, este estudo tem como principal objetivo, demonstrar os desafios linguísticos na tradução e interpretação da Língua Portuguesa para Libras na atuação de intérpretes de Libras Educacionais. A pesquisa foi classificada como qualitativa do tipo exploratória, tendo em vista a finalidade desenvolver e esclarecer conceitos e ideias e são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral acerca de determinado fato, quanto aos procedimentos utilizados, sendo os dados colhidos por meio de questionários online, em que foram selecionadas e organizadas os dados, com foco em uma análise de conteúdo para a obtenção dos resultados, centrada na relação entre as vertentes mais importantes para uma análise dos desafios na atuação profissional dos intérpretes de Libras. Os resultados apontaram para a importância da qualificação profissional dos intérpretes educacionais de Libras e a necessidade de um material de apoio linguístico de termos específicos dos conteúdos. Portanto, evidenciou-se que para lidar com esses desafios, os intérpretes educacionais podem utilizar diferentes estratégias de tradução/interpretação, como adaptações, explicações em Língua Portuguesa, combinação de sinais e uso de imagens ou gestos.

Palavras-chave: Libras, Tradução/interpretação, Desafios linguísticos, Educação.

INTRODUÇÃO

A inserção de alunos com deficiência nas escolas é uma realidade que vem se concretizando graças à implementação de políticas de inclusão escolar. A garantia de direito a inclusão escolar tem como base a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2020), que assegura e promove, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência. Entre estes direitos está à educação.

Entre os alunos com deficiência aos quais é assegurado o direito à educação, destaca-se os estudantes surdos, que tem garantido seu direito a acessibilidade comunicativa por meio da Língua brasileira de sinais – Libras. A LIBRAS passou a ser reconhecida legalmente como

¹ Graduando 1 Mestrando do Curso do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal do Ceará - IFCE - CE, daniel.cesar04@aluno.ifce.edu.br.;

² 2 Professora orientadora: Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Ceará- CE, laninharoque@gmail.com;

língua natural da comunidade surda do Brasil pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002), e regulamentada pelo decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005). A referida Lei dispõe, entre outras garantias, proporcionar aos alunos surdos os serviços de Tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa (TILSP) em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação.

Os intérpretes de Libras são profissionais responsáveis por traduzir a Língua Portuguesa para Libras e vice-versa, garantindo a comunicação efetiva entre pessoas surdas e ouvintes Quadros (2004). É um trabalho importante e complexo, que envolve muito mais do que simplesmente saber a língua.

Vale destacar que o intérprete de Libras deve ter competência comunicativa e tradutória, pois são atributos que cooperam para a compreensão comunicativa. No entanto, estes profissionais têm formações em áreas diversas, seja por meio de curso superior, curso técnico ou especialização, sendo que, na maioria das vezes, diferentes da área de conhecimento da sua atuação de interpretação e tradução.

Esta realidade pode dificultar a transposição do conteúdo para a pessoa surda, pela complexidade dos conteúdos que deverão ser traduzidos pelo profissional Intérprete, visto que os intérpretes de Libras podem atuar em uma variedade de contextos, incluindo educação, saúde, religião, jurídico e empresarial, cada um com seu próprio conjunto de termos e jargão.

No âmbito escolar, em específico, a dificuldade de comunicação se amplia devido a diversidade e complexidade lexical dos sinais em Libras dos termos técnicos relacionados às disciplinas, e também da dificuldade dos intérpretes educacionais de Libras, profissionais responsáveis pela mediação entre professor e aluno surdo em sala de aula, em apropriar-se de conceitos e sinais-termo de várias áreas do conhecimento. Nem sempre o intérprete tem conhecimentos suficientes para transmitir determinados termos técnicos específicos, visto que as disciplinas possuem “termos específicos da área”, e o intérprete nem sempre domina adequadamente todos os termos quando faz a tradução simultânea e muitos desses termos não têm sinais em Libras.

Atualmente observa-se o crescimento de pesquisas que tomaram a atuação do intérprete educacional de Libras como objeto de estudo, tais como: GIRKE, (2018), que em seu estudo "Atuação e papéis do intérprete educacional de Língua de Sinais", explora as práticas da atuação e faz reflexão sobre o papel do intérprete dentro da sala de aula; MARTINS, (2016) em sua pesquisa " Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais Educacional: Desafios da Formação", investigou os desafios na formação desses profissionais que atuam na rede educacional e



SILVA (2023) no seu trabalho “ A Atuação do Tradutor-Intérprete de Língua de Sinais/Português (TILSP) No Instituto Federal Goiano: Percepções e Estratégias para uma formação Omnilateral” buscou compreender a atuação dos TILSP nas modalidades de ensino ofertadas pela rede federal de educação profissional e tecnológica (EPT). Tais pesquisas constataram dilemas, problemas e estratégias recorrentes na atuação de Intérprete de Língua de Sinais no contexto educacional.

As citadas pesquisas corroboram a experiência profissional do proponente do presente projeto, como tradutor/intérprete educacional de Libras da Escola Estadual de Educação Profissional do Ceará Rita Matos Luna, na cidade de Jucás-Ce, e na Escola Estadual de Educação Profissional Lucas Emmanuel Lima Pinheiro, na cidade de Iguatu-Ce, ambas localizadas na região Centro-sul do Ceará, na qual trabalhou por três anos, 2019, 2020 e 2021 no curso de Desenho da Construção Civil e o ano de 2022 no curso de Redes de Computadores. Durante este período, vivenciou as dificuldades dos discentes surdos em entender alguns termos técnicos das disciplinas da base técnica e os desafios diante das demandas apresentadas pelos discentes, provocadas pela falta de conhecimento técnico da área que trabalhava.

Com base na problemática apresentada, surge o interesse da pesquisa sobre a atuação do intérprete educacional de Libras, na tentativa de compreender às seguintes questões: Quais os desafios linguísticos enfrentados em sala de aula pelos intérpretes de Libras nas escolas? Qual é a formação profissional desses intérpretes? Como o intérprete produz o enunciado em libras, se não entende o enunciado técnico do conteúdo das diferentes disciplinas?

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo geral identificar os desafios linguísticos na atuação dos intérpretes de Libras no contexto educacional. E como objetivos específicos: Identificar as políticas de inserção e formação dos intérpretes de Libras atuantes na educação e investigar as estratégias de tradução de termos específicos de área de conhecimento adotadas pelos TILS, e suas influências na formação de conceitos para a geração de sinais.

Dessa forma, a hipótese que orienta este estudo é que o Tradutor Intérprete de Língua de Sinais (TILSP), ou seja, o intérprete educacional de Língua de Sinais, por ser um profissional que atua diretamente com os alunos surdos em sala de aula, desenvolve estratégias de tradução e interpretação de termos específicos de determinadas áreas de conhecimento dos conteúdos técnicos ministrados pelos professores em sala de aula.

Com base no exposto justifica-se a importância da pesquisa. Pela necessidade de se ampliar os estudos nesta temática, buscando-se compreender as problemáticas presentes na



prática dos intérpretes em libras, em diferentes realidades e assim contribuir com o campo de pesquisa e com a realidade estudada.

Para embasar a pesquisa buscou-se por autores que falam sobre o profissional intérprete de forma geral e os que tratam de algumas especificações do processo linguístico como Xavier (2006), Quadros (2015) e Lacerda et al. (2003, 2009). Assim como as legislações vigentes que norteiam o trabalho dos Tradutores intérpretes de Língua de Sinais e da educação de surdos, como Brasil (2002, 2005, 2010).

METODOLOGIA

Essa pesquisa será por meio de uma análise documental e bibliográfica da legislação e das pesquisas vinculadas aos desafios na atuação de tradutores e intérpretes de Libras no âmbito educacional.

Segundo Rampazzo (2011, p. 55) a pesquisa bibliográfica "procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas (em livros, revistas, etc)" e "sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com aquilo que já foi escrito sobre determinado assunto". (LAKATOS E MARCONI, 1992, p.44).

Em relação à abordagem de pesquisa, opta-se pela pesquisa qualitativa, por meio de coleta de dados, na qual foi realizado pesquisas bibliográficas sobre intérpretes de LIBRAS que atuam na rede educacional. Do ponto de vista da abordagem do problema, ela é uma pesquisa qualitativa, pois suas propriedades, segundo Pinheiro (2010, p. 20) "é a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos dados obtidos".

REFERENCIAL TEÓRICO

LIBRAS: LÍNGUA DE SINAIS DA COMUNIDADE SURDA DO BRASIL

A história das Língua de sinais está diretamente ligada a história da educação de surdos. Os estudos sobre a educação de surdos (Strobel, 2009), tem pontuado que até o século XV, acreditava-se que os surdos eram pessoas incapazes de serem educadas porque sua deficiência os impedia de desenvolver a fala e, conseqüentemente, de aprender a ler e a escrever. O fato de que os surdos não podiam ouvir a língua falada levou muitas pessoas a pensar que eles eram mentalmente deficientes ou incapazes de aprender.

A partir do século XVI, essa visão começa a mudar, e surgem pessoas que tentam desmistificar a ideia do surdo como alguém que não poderia ser educado, como Girolamo Cardano (1501-1576), médico de Pádua, propôs ensinar os surdos por meio do uso de símbolos, o que levaria a uma melhor compreensão social desses indivíduos, deixando como legado maior o conceito de que os surdos são educáveis, logo, aptos para o convívio social (Strobel, 2009). Pedro Ponce de León, monge beneditino espanhol que viveu no século XVI, é amplamente reconhecido como um dos primeiros educadores de surdos. Ele é considerado um dos pioneiros na história da educação dos surdos. Ponce de León fundou uma escola em Madri, na Espanha, onde desenvolveu um método de ensino baseado em gestos e sinais manuais.

Juan Pablo Bonet, por sua vez, foi um autor e educador espanhol que viveu no século XVII. Ele é conhecido por ter publicado o primeiro livro dedicado à educação dos surdos, intitulado "Reducción de las letras y arte para enseñar a hablar a los mudos", em 1620. Nesse livro, Bonet apresentou um sistema de alfabeto manual para comunicação com os surdos. No século XVIII, destaca-se Charles Michel de L'Épée, o francês que fundou a primeira escola para surdos em Paris em 1760, que se tornou o modelo que impulsionou a criação de várias escolas também em outros países.

Segundo Strobel (2009), a história da educação dos surdos no Brasil começou no final do século XIX, com a chegada de um professor surdo francês chamado Ernest Huet. Huet chegou ao Brasil em 1856, contratado pelo Imperador Dom Pedro II para trabalhar com surdos no Instituto Nacional de Educação de Surdos-Mudos, criado no mesmo ano.

Huet trouxe consigo o método francês de ensino de língua de sinais, que se baseava na comunicação visual e na língua de sinais, que era utilizada tanto para a instrução quanto para a comunicação entre os surdos e seus professores. Esse método foi adotado no Instituto Nacional de Educação de Surdos-Mudos e se tornou a principal forma de educação para surdos no Brasil até meados do século XX. Huet teve um papel importante na educação dos surdos no Brasil, pois ele introduziu uma nova concepção de educação para surdos, baseada no uso da língua de sinais e na valorização da cultura e identidade surda.

Apesar das contribuições de Huet, a educação dos surdos no Brasil enfrentou muitos desafios ao longo do século XX, incluindo a proibição do uso da língua de sinais em escolas, a falta de formação adequada para professores de surdos e a falta de recursos e acessibilidade para os surdos. Em oposição a realidade da educação de surdos, a partir da década de 1960, a luta pela inclusão de pessoas surdas na sociedade começou a crescer e, com ela, a valorização da Língua de Sinais Brasileira. Em 24 de abril de 2002, foi promulgada no Brasil a lei nº



10.436/2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão das pessoas surdas no país.

Esta lei representa um marco importante para a inclusão e o reconhecimento dos direitos das pessoas surdas no Brasil. A principal conquista da Lei nº 10.436/2002 é o reconhecimento oficial da Libras como uma língua legítima, equiparada à língua portuguesa. Isso significa que a Libras tem o mesmo status legal e deve ser respeitada e valorizada em todos os espaços, sejam eles públicos ou privados. A partir dessa lei, a Libras passou a ser considerada a primeira língua das pessoas surdas no Brasil e neste contexto, observa-se crescente estudo na área. Conforme a pesquisa de Simone; Oliveira (2017), no período anterior a promulgação da Lei, de 1987 a 2001, foram publicados 39 artigos o que corresponde a uma média de 3,5 ao ano. Nos anos posteriores à promulgação da Lei, de 2002 a 2014, foram publicados 202 artigos, média de 15,5 por ano.

Segundo Quadros e Karnopp, (2004), (p. 48), a língua de sinais é uma língua natural e completa, com sua própria gramática, sintaxe e estrutura. Ela é tão complexa e expressiva quanto qualquer outra língua oral, e deve ser reconhecida como tal. Assim como qualquer outra língua, ela é utilizada para a comunicação entre pessoas e para expressar ideias, sentimentos e pensamentos. Dessa forma, a língua de sinais não é apenas um código visual de representação do português ou de qualquer outra língua oral, como muitas vezes se acreditou no passado.

Algumas das principais áreas de estudos linguísticos da língua de sinais incluem a gramática, a semântica, a pragmática e a aquisição da linguagem. Entre os principais pesquisadores brasileiros dessa área, destacam-se: Ronice Müller de Quadros (2004), André Nogueira Xavier (2006) e Lucinda Ferreira Brito (2010).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O PROFISSIONAL TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS (TILS): AS ESTRATÉGIAS DE TRADUÇÃO/INTERPRETAÇÃO EM LIBRAS.

Segundo Quadros et al. (2009, p.19), o profissional tradutor e intérprete de língua de sinais – língua portuguesa (TILSP) é responsável por intermediar a comunicação entre pessoas surdas usuárias de LIBRAS e pessoas ouvintes usuárias da Língua Portuguesa em diferentes contextos, incluindo educacional, saúde, jurídico, empresarial, entre outros. Conforme os autores citados, os TILSP trabalha para garantir que a pessoa surda tenha acesso à informação e possa se comunicar de forma efetiva em situações cotidianas.



Além da fluência em língua de sinais, o TILSP deve possuir habilidades de interpretação e tradução, sendo capaz de transmitir informações precisas e completas entre as duas línguas. É importante ressaltar que para se tornar um TILSP, é necessário ter uma formação específica em LIBRAS, seja por meio de cursos de graduação ou de cursos técnicos profissionalizantes, que proporcione conhecimento aprofundado da língua de sinais e suas variações regionais, bem como das culturas surdas.

Neste sentido, observa-se a implementação de leis como a Lei 12.319, de 2010, que regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

O artigo 4º da Lei 12.319, de 2010, descreve que o tradutor e intérprete de Libras-Língua Portuguesa precisa ter nível médio e sua formação necessita ser concretizada por meio de:

- I. Cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;
- II. Cursos de extensão universitária;
- III. Cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação. Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativa da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III. BRASIL (2010).

Em conformidade com a legislação, a atitude ética e o compromisso desse profissional são instrumentos essenciais na integração e valorização de pessoas surdas. Por isso, o tradutor e intérprete de LIBRAS necessita de domínio dos sinais, bem como da língua portuguesa, pois, interpretar exige esforço físico e mental, envolve ética profissional e competência, visando a contribuir efetivamente para o desenvolvimento e crescimento pessoal e profissional da comunidade surda, unindo duas culturas: a surda e a ouvinte.

A atuação de intérpretes educacionais é crucial para garantir a inclusão de alunos surdos em ambientes educacionais. Esses profissionais são responsáveis por traduzir e interpretar as aulas e outras atividades escolares para a LIBRAS, permitindo que os alunos surdos tenham acesso ao conteúdo e participem plenamente da vida escolar. (GIRKE, 2018).

No entanto, a tradução e interpretação de termos específicos em Libras pode ser um desafio para os intérpretes educacionais. Termos técnicos, científicos e matemáticos, por exemplo, podem exigir um vocabulário especializado e conhecimento prévio do assunto. Para lidar com esses desafios, os intérpretes educacionais podem utilizar diferentes estratégias de

tradução/interpretação, como adaptações, explicações em Língua Portuguesa, uso de imagens ou gestos ilustrativos.

De acordo com a pesquisa realizada por Machado (2016), intérpretes de Libras podem utilizar a estratégia de inserção de sinais emprestados de outras línguas de sinais quando precisam traduzir termos específicos em Libras. Essa estratégia envolve a utilização de sinais de línguas de sinais de outros países, adaptados para a língua de sinais brasileira. Esse recurso pode ser útil para traduzir termos que ainda não possuem sinais estabelecidos em Libras.

Outra estratégia utilizada pelos intérpretes educacionais, de acordo com a pesquisa de Magalhães (2021), é o uso de glossários de sinais específicos. Esses glossários contêm sinais específicos para diferentes áreas do conhecimento, como matemática, física, biologia, entre outras. Ao utilizar esses glossários, os intérpretes educacionais podem garantir a precisão da tradução dos termos específicos e a uniformidade no uso dos sinais.

Portanto, é importante que os intérpretes educacionais possuam habilidades e conhecimentos específicos para atuar na tradução e interpretação de termos técnicos e científicos em Libras. Além disso, a utilização de estratégias adequadas pode garantir a acessibilidade e inclusão de alunos surdos no ambiente educacional.

O processo de tradução é uma tarefa complexa, pois cabe ao tradutor transformar o texto de partida em um novo texto. O tempo todo, o profissional, no processo tradutório, “processa a informação dada na língua fonte e faz escolhas lexicais, estruturais, semânticas e pragmáticas na língua alvo que devem se aproximar o mais apropriadamente possível da informação dada na língua fonte” (QUADROS, 2004, p.27).

Nesse sentido, segundo Seleskovitch (1978, apud PAGURA, 2003), o processo de interpretação passa por três etapas:

1. Percepção auditiva de um enunciado linguístico que é portador de significado. Apreensão da língua e compreensão da mensagem por meio de um processo de análise e exegese;
2. Abandono imediato e intencional das palavras e retenção da representação mental da mensagem (conceitos, ideias, etc.);
3. Produção de um novo enunciado na língua-alvo, que deve atender a dois requisitos: deve expressar a mensagem original completa e deve ser voltado para o destinatário (SELESKOVITCH, 1978, apud PAGURA, 2003, p.219).

Diante dessas etapas, percebemos que a tradução, no sentido geral do termo, não é uma tarefa simples. É um processo que envolve pensar nas diferenças culturais, indenitárias e linguísticas entre as línguas envolvidas. É uma atividade cognitiva e interdisciplinar, pois não traduzimos signos isolados de uma língua para outra.

Robert (1992 apud QUADROS, 2007) cita seis competências em que a interpretação deve ser analisada, elencando essas categorias como competências a ser desenvolvidas pelo profissional tradutor intérprete, das quais são:

1. Competência linguística em Libras: O tradutor intérprete deve possuir um amplo conhecimento da estrutura linguística da Libras, incluindo aspectos gramaticais, léxicos e pragmáticos. Isso envolve a compreensão das regras linguísticas específicas da Libras, bem como a fluência e a habilidade de se expressar de forma clara e compreensível.
2. Competência linguística em língua portuguesa: Além do domínio da Libras, o tradutor intérprete precisa ter um bom domínio da língua portuguesa. Isso envolve a compreensão da estrutura e gramática do português, assim como a capacidade de traduzir e interpretar de forma adequada e precisa os significados e intenções da Libras para o português.
3. Competência sociocultural: O tradutor intérprete deve ter uma compreensão aprofundada da cultura surda e da cultura ouvinte. Isso inclui conhecimentos sobre os valores, normas, práticas e costumes das comunidades surda e ouvinte, a fim de realizar uma interpretação culturalmente sensível e eficaz.
4. Competência técnica: O profissional deve estar familiarizado e ser capaz de utilizar corretamente os equipamentos e tecnologias utilizados na tradução e interpretação de Libras, como câmeras, microfones, sistemas de transmissão, entre outros. Além disso, deve ter habilidades técnicas para lidar com desafios que possam surgir durante o trabalho, como problemas técnicos ou situações de alta pressão.
5. Competência ética e deontológica: O tradutor intérprete deve agir de acordo com princípios éticos e deontológicos, mantendo a confidencialidade, a imparcialidade, a neutralidade e o respeito pelas partes envolvidas na comunicação. É importante também seguir um código de conduta profissional que garanta a qualidade e a responsabilidade em sua atuação.
6. Competência estratégica: O profissional deve ser capaz de utilizar estratégias e técnicas adequadas para lidar com diferentes situações de interpretação e tradução. Isso envolve a seleção adequada de estratégias de interpretação simultânea, consecutiva ou sussurrada, assim como a capacidade de adaptar sua atuação às necessidades e características dos interlocutores envolvidos.



Essas competências são essenciais para garantir a qualidade e a efetividade do trabalho do tradutor intérprete de Libras, permitindo uma comunicação inclusiva e acessível entre pessoas surdas e ouvintes em diversos contextos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No geral, a pesquisa oferece uma visão abrangente dos desafios enfrentados pelos intérpretes de Libras, especialmente na esfera educacional, onde desempenham um papel crucial na inclusão de alunos surdos. Diante desses fatos, é necessário que o intérprete de Libras faça cursos de especialização e conheça a cultura dos surdos envolvendo e estreitando suas relações, conhecendo e buscando aprimorar os sinais, pois, cada dia que passa surgem novos sinais, por motivos relacionados a globalização e atualização dos conteúdos ministrado em sala de aula. Destaca-se a importância da formação especializada e das competências necessárias para atuar nesse campo e a necessidade de estratégias flexíveis para garantir a inclusão e acessibilidade nos ambientes educacionais e em outros contextos

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 10.436 de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências**. Brasília, 2002. Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 20 set. 2023.

_____. Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Brasília, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 21 set.. 2023.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular. Brasília-DF; MEC; CONSED; UNDIME, 2015a**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documento/BNCC-APRESENTACAO.pdf>. Acesso em: 21 set.2023

_____. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010: **Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS**. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm. Acesso em: 23 set. 2023

GIRKE, César Augusto et al. **Atuação e papéis do intérprete educacional de Língua de Sinais. 2018**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina -UFSC.

LACERDA, C.B.F. **O intérprete educacional de Língua de Sinais no Ensino Fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades**. In: LODI, A.C.B;



HARRISON, K.M.P; CAMPOS, S.R.L; TESKE, O.(orgs). Letramento e minorias. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2003. p. 120-128.

LACERDA, C.B.F; BERNARDINO, B. M. **O papel do intérprete de Língua de Sinais nas etapas iniciais de escolarização.** In: LACERDA, C. B. F; LODI, A.C.B. (orgs). Uma escola, duas línguas: 64 Letramento em Língua Portuguesa e Língua de Sinais nas etapas iniciais de escolarização. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. p.65-80.

DE OLIVEIRA MARTINS, Vanessa Regina. **Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais Educacional: Desafios Da Formação.** *Belas Infiéis*, v. 5, n. 1, p. 147-163, 2016.

PAGURA, R. **A Interpretação de Conferências: interfaces com a tradução escrita e implicações para a formação de intérpretes e tradutores.** D.E.L.T.A., 19, esp. 2003. p.209-236. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-44502003000300013&script=sci_abstract&tlng=pt acesso em: 29 de maio de 18.

QUADROS, R. M. de. KARNOPP, L. B. **Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos.** Porto Alegre: ArtMed, 2004.

STROBEL, Karin. **História da educação de surdos.** Florianópolis: UFSC, 2009.

XAVIER, André Nogueira. **Descrição fonético-fonológica dos sinais da língua de sinais brasileira (LIBRAS).** 2006. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.